

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.425 - PR (2019/0286907-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
ADVOGADA : LAURA AGRIFOGLIO VIANNA E OUTRO(S) - RS018668
RECORRIDO : DIVA DE SOUZA CAVASSIM
ADVOGADO : JOÃO AMADEU STRESSER DA SILVA - PR017310

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 e 1.022 DO CPC. NÃO CONFIGURADA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.

1. Ação de cobrança securitária.
2. Ausência de violação do artigo 1.022, II, do CPC, haja vista que o Tribunal de origem apreciou a questão tida como omissa pela recorrente.
3. Devidamente analisadas as questões de mérito e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
4. Os juros de mora incidem desde a citação em caso de responsabilidade contratual.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 25/04/2019.

Concluso ao gabinete em: 01/10/2019.

Ação: de cobrança securitária ajuizada por DIVA DE SOUZA CAVASSIM, em face da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL, na qual requer o pagamento do seguro de vida em razão do falecimento de seu marido.

Sentença: julgou procedentes os pedidos formulados pela recorrida em sua petição inicial.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO DE VIDA – MORTE

Superior Tribunal de Justiça

DO SEGURADO – PRESCRIÇÃO – PRETENSÃO DE BENEFICIÁRIO - PRAZO DECENAL, PREVISTO NO ARTIGO 205 DO CÓDIGO CIVIL – INOCORRÊNCIA - ILEGITIMIDADE PARCIAL DA AUTORA - VIÚVA - ARTIGO 792 DO CÓDIGO CIVIL - FALTA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DOS BENEFICIÁRIOS NO MOMENTO DA ADESÃO À PROPOSTA CONTRATUAL - 50% DO CAPITAL SEGURADO QUE DEVE SER DESTINADO À ELA – TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA – DATA DO SINISTRO (PARA EVITAR A CARACTERIZAÇÃO DA EM DESFAVOR DA DEMANDANTE) – JUROS DE MORA – REFORMATIO IN PEJUS DATA DA NEGATIVA ADMINISTRATIVA – ÔNUS SUCUMBENCIAIS REDISTRIBUÍDOS.

RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ fl. 501) .

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados (e-STJ fls. 530/531)

Recurso Especial: a recorrente alega violação dos artigos 489, §1ª, IV e 1.022 do CPC, aduzindo que o Tribunal de origem teria sido omissor acerca das questões deduzidas em seus aclaratórios.

Sustenta, ainda, negativa de vigência aos arts. 240 do CPC e 405 do CC, defendendo que os juros de mora devem incidir somente a partir da citação.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

- Da violação ao art. 1.022 do CPC

É firme a jurisprudência nesta Corte, no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o Tribunal de origem apreciou a questão tida como omissa pela recorrente, conforme se verifica do trecho a seguir:

Superior Tribunal de Justiça

Isso porque, nos casos de seguro, em que a seguradora emite negativa na esfera administrativa, esta c. 10.^a Câmara Cível entende que o termo inicial dos consectários legais deve ser esta data.

Diante disso, quanto aos juros de mora, entendo que o termo inicial convencionado na sentença deve ser mantido, pois em consonância com o posicionamento adotado por esta c. Câmara (data da recusa administrativa) (e-STJ fl. 504).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas as questões de mérito e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

- Do termo inicial dos juros de mora

O Tribunal de origem ao entender que os juros de mora devem incidir a partir da negativa do pedido administrativo formulado pela recorrida, julgou em desconformidade com a jurisprudência desta Corte, segunda a qual os juros de mora, na responsabilidade civil contratual, devem incidir desde a data da citação (AgInt no REsp 1.493.332/DF, 3^a Turma, DJe 09/05/2017; e AgRg no REsp 1.265.922/SC, 4^a Turma, DJe 25/08/2015).

Logo o acórdão recorrido merece reforma.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nesta parte, DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para determinar que os juros de mora incidam a partir da citação.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

